



**ACÓRDÃO Nº425/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11462/2018.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS .

**4- Exercício:** 2017.

**Responsável:** Elias Emanuel Rebouças de Lima, Mônica Elizabeth Santaella da Fonseca e Jane Mara Silva de Moraes

**5- Advogado:** Moyses Roberto Geber Correa – OAB/AM 5678.

**6- Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 239/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS . Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 370901), do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de responsabilidade do **Sr. Elias Emanuel Rebouças de Lima**, Secretário Municipal da Mulher, de Assistência Social e de Direitos Humanos – SEMMASDH e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 31.12.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**9.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 370901), do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de responsabilidade da **Sra. Mônica Elizabeth Santaella da Fonseca**, Subsecretária Operacional da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, no período de 07.01.2017 a 31.05.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução



**ACÓRDÃO Nº425/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 9.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 370901), do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de responsabilidade da **Sra. Jane Mara Silva de Moraes**, Subsecretária Operacional da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, no período de 01.06.2017 a 31.12.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 9.4. Dar quitação** ao **Sr. Elias Emanuel Rebouças de Lima**, Secretário Municipal da Mulher, de Assistência Social e de Direitos Humanos – SEMMASDH e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 9.5. Dar quitação** à **Sra. Mônica Elizabeth Santaella da Fonseca**, Subsecretária Operacional da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, no período de 07.01.2017 a 31.05.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 9.6. Dar quitação** à **Sra. Jane Mara Silva de Moraes**, Subsecretária Operacional da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, no período de 01.06.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 9.7. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- a)** Não deixar de informar o custo de aquisição de cada veículo locado, por diária;
  - b)** Evitar desrespeitar o estabelecido na Lei Municipal nº. 316, de 13 de dezembro de 1995;
  - c)** Não deixar de aperfeiçoar os servidores em suas atividades fim;
  - d)** Não deixar de apontar o prazo de validade das atas de registro de preços.
- 9.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº.



**ACÓRDÃO Nº425/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 28 de Abril de 2020.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral